
INTRODUÇÃO

A presente publicação, editada exclusivamente no Brasil, compõe-se da reunião de cinco estudos de Karl-Otto Apel acerca do problema ético e de sua fundamentação filosófica; tais estudos se examinam à luz do prisma pragmático-transcendental da comunidade de comunicação, prisma que constitui uma das perspectivas basilares de sua filosofia, principalmente no desenvolvimento de sua análise hermenêutica e crítica da analítica da linguagem e da neutralidade pretendida pelo cientificismo lógico e metodológico da Modernidade.

Os dois primeiros estudos pertencem ao segundo volume de *Transformação da filosofia*, cujo subtítulo é “O *a priori* da comunidade de comunicação” (Suhrkamp, 1973). Os três restantes provêm de coletânea de conferências e estudos publicada pela Suhrkamp, em 1990, com o título *Discurso e responsabilidade* e com o subtítulo “O problema da transição para a moral pós-convencional”. Embora editados em momentos diferentes, estes cinco estudos apresentam unidade temática e encadeamento reflexivo-crítico que permite publicá-los em conjunto a fim de viabilizar uma introdução ao pensamento de Karl-Otto Apel, a saber, à sua concepção da comunidade de comunicação, da pragmática transcendental e da ética do discurso. O primeiro trabalho envolve-se com a ideia da comunidade de comunicação, na medida em que esta constitui pressuposto transcendental das ciências sociais, bem como apresenta uma reflexão crítica acerca do “solipsismo metódico” racionalista e da sociedade na condição de sujeito e de objeto das ciências sociais, cuja manifestação se dá no jogo transcendental da linguagem. O segundo trabalho, um pouco mais extenso, analisa os pressupostos lógico-filosóficos da comunidade de comunicação, sua vinculação com a ética e o problema da fundamentação racional da ética e da moral na era da ciência e da tecnologia. O terceiro estudo tem como ponto de partida os graves conflitos de nossa época,

e, desse modo, explicita a necessidade de uma ética de responsabilidade solidária em virtude da crise bioecológica da civilização técnico-científica, bem como avalia a dificuldade da fundamentação racional da validade intersubjetiva de tal ética. O quarto tema, que estuda a condição humana como problema ético, procura relacionar a atual crise da humanidade com a condição estrutural e histórica do ser humano, a fim de definir as condições metodológicas de possibilidade para uma reconstrução da condição humana numa perspectiva ética. O último estudo, por fim, que trata da fundamentação pragmático-transcendental da ética da comunicação e do discurso a partir de um confronto com a visão filosófico-psicológica de Kohlberg acerca dos vários estágios de desenvolvimento da consciência moral, propõe a necessidade de um estágio superior da consciência moral como base de uma ética de responsabilidade solidária.

Desde a publicação do texto “O *a priori* da comunidade de comunicação e os fundamentos da ética” (1988, II, p. 358-436), Apel tem trabalhado, como ele próprio afirma, em duas direções quanto aos problemas de uma ética da comunicação e do discurso.

De um lado, trata-se do problema da fundamentação última e, respectivamente, da racionalidade fundamentadora, reflexiva e pragmático-transcendental da ética. Neste campo, o autor se defronta com o preconceito de que uma fundamentação filosófica deva consistir na derivação da ideia a ser fundamentada a partir de outra realidade. Isto é, a racionalidade ética deveria basear-se na racionalidade dos meios e dos fins dos atos de cada ator individual. Segundo Apel, estas racionalidades (dos atos, dos meios e dos fins) deverão ser superadas em sua própria raiz, o que só pode ocorrer pela consideração reflexiva e pragmático-transcendental da racionalidade consensual-comunicativa e ético-normativa, que necessariamente pressupomos quando nos perguntamos com seriedade: “Por que ser racional?”, e ainda: “Por que ser moral?”, na esfera do discurso argumentativo.

O segundo problema que o autor levanta, como consequência do princípio exposto em 1973, de modo cada vez mais nítido e premente, resulta do princípio originário da ética da comunicação, uma vez que esta se fundamenta num *a priori* dialético.

Isso significa que o princípio básico ideal, no sentido de uma fundamentação última pragmático-transcendental da ética da comunicação, resultou da antecipação contrafactual – indispensável ao argumentar – das condições de adoção de uma ética da comunicação, a saber, de normas de interação de uma comunidade ideal de comunicação. Mas, dado este pressuposto do *a priori* ideal no princípio dialético do *a priori* da comunicação, presumia-se o *a priori* da facticidade, isto é, das formas de vida que se concretizaram no transcorrer da história; em suma, da comunidade real de comunicação. Isso demanda uma reflexão correspondente acerca das condições de uma adoção responsável da ética da comunicação, que inclui tanto a consideração de seus efeitos principais quanto de seus efeitos colaterais. Este problema se cristalizou, segundo o autor, no problema da adoção da ética da comunicação, historicamente relacionada como ética da responsabilidade.

A segunda parte do segundo volume de *Transformação da filosofia* reúne, segundo Apel, aqueles estudos que tratam do ponto de partida para uma nova filosofia transcendental que se fundamenta no *a priori* da comunidade de comunicação. Segundo o autor – e isso pode ser encarado como sua ilusão operacional – uma filosofia transcendental que responda à questão acerca das condições de possibilidade e validade de “convenções”, ou de acordos, pode fornecer um fundamento último não somente para as dimensões teórica e prática da filosofia, mas também para a ciência.

O estudo da comunidade de comunicação, entendida como pressuposto transcendental das ciências sociais, parte de duas teses programáticas:

- 1) Toda teoria filosófica da ciência – diversamente da ciência da lógica – deve responder à questão acerca das condições transcendentais de possibilidade e de validade das ciências.
- 2) A questão do sujeito transcendental da ciência deve ser mediada pelo reconhecimento do valor transcendental da linguagem e da comunidade linguística.

Segundo Apel, ambas as teses desempenham papel central na transformação do kantismo, o qual é um dos aspectos da pragmática transcendental.

O estudo de “O *a priori* da comunidade de comunicação e os fundamentos da ética” parte da aparente e paradoxal contradição entre a necessidade de uma fundamentação racional da ética na era da ciência, de um lado, e, de outro, de sua aparente impossibilidade.

Um questionamento heurístico dos pressupostos éticos da ciência (cuja pretensão é prescindir de todo e qualquer valor) é usado como estratégia decisiva da argumentação, e, por conseguinte, demonstra que toda argumentação racional já traz no seu bojo certos pressupostos éticos.

Este trabalho conclui com a menção do conteúdo da norma ética básica e de suas implicações estratégicas, qual seja: a autoafirmação da comunidade real de comunicação, bem como a realização, em seu âmbito, da comunidade ideal de comunicação.

Um dos questionamentos fundamentais para a reflexão filosófica de Apel encontra-se na relação entre ciência e ética na Modernidade. Uma ética que vincule toda a sociedade humana se tornou indispensável em virtude da amplitude da repercussão das ações humanas; mas a tarefa de fundamentar filosoficamente uma ética intersubjetiva que seja, a um só tempo, válida e vinculadora, é muito árdua, dada a pretendida objetividade, ou neutralidade, quanto aos valores que a ciência exige.

Se não se pode deduzir normas ou juízos de valor seja a partir do formalismo lógico-matemático, seja a partir de teorias inferidas de fatos, parece que a objetividade científica direciona a pretensão de validade de normas morais, ou de juízos de valor moral, para o âmbito de um subjetivismo descompromissado. Seriam passíveis de fundamentação racional, então, não as próprias normas éticas, mas as descrições objetivas de normas que são de fato cumpridas, bem como as explicações estatísticas acerca do surgimento de normas ou de sistemas de valor oriundas das ciências sociais e empíricas. Segundo estas ciências, normas morais são relativas às suas culturas e às suas épocas, ou seja, têm caráter subjetivo.

Uma filosofia que tentasse superar a tese da neutralidade de uma metaética analítica, tal qual a que se encontra na analítica da linguagem, em favor de uma fundamentação das normas de

moralidade, estaria, ao que parece, deduzindo normas de fatos, e, por conseguinte, infringindo o princípio (preconizado por Hume) de distinguir o *que é* do que *deve ser*.

Disso resulta, segundo Apel, a necessidade de se buscar uma mediação dialética entre objetividade e subjetividade.

Conforme a base filosófica do sistema liberal, a qual Apel chama de sistema de complementaridade ocidental, apenas as decisões de consciência que sejam circunscritas aos indivíduos podem reivindicar uma vinculação moral. Assim, a questão que se apresenta é a seguinte: como podem estas decisões de consciência ser levadas a um acordo, segundo regras normativas, a fim de assumirem uma responsabilidade solidária à *práxis* da vida social? Seria pela formação da vontade pública por intermédio de “convenções” e de acordos, forma pela qual, no âmbito da democracia liberal, se constitui a fundamentação do direito e da política?

Tal resposta parece tornar supérflua a fundamentação filosófica de uma ética cuja validade seja universal. Segundo o autor, o critério dos “acordos” e das “convenções” não pode ser subestimado; contudo, o problema em exame é encoberto com este recurso. O autor questiona, então, a tese da neutralidade científica e mostra que, em última análise, a ciência já pressupõe princípios éticos, os quais são a única maneira de fundamentar a validade e a neutralidade das teorias e das comprovações científicas. Apel se dedica, pois, a elucidar a tese de que a “objetividade” de uma ciência isenta de valorações pressupõe, ela própria, a validade intersubjetiva de normas éticas.

Ao tentar solapar o preconceito quanto à subjetividade irracional de todas as normas e valorações éticas, Apel procura apresentar o princípio básico da ética na era da ciência. De início, o autor tece comentários acerca dos pressupostos éticos de toda e qualquer argumentação que caracteriza a comunidade de comunicação. Em seguida, mostra que a objetividade normativa isenta de valores das ciências empírico-analíticas só pode ser pensada como possível case se aceite a validade intersubjetiva de normas éticas, validade esta que a complementa e que a alicerça.

Apel recorre, aqui, a uma reflexão de cunho pragmático-transcendental, num esforço filosófico de conciliar teoria e *práxis*. O filósofo não pode prescindir da vontade de argumentar, e esta é condição de possibilidade de toda consideração que leve em conta as condições empíricas que sejam aceitas por hipótese. Os participantes de uma discussão filosófica dos fundamentos sempre já aceitaram, ainda que de maneira implícita, as normas éticas básicas de uma comunidade crítica de comunicação. Mas, segundo o autor, não é neste fato que se fundamenta a norma moral. A livre aceitação de normas é apenas condição necessária, porém não suficiente, da validade moral de normas. Esta se fundamenta na comunidade ideal de comunicação.

Se fosse possível, pensa Apel, uma fundamentação de validade intersubjetiva de normas éticas, não subsistiria nenhuma obrigação de se aceitar ou de se cumprir acordos livres, os quais dependeriam inteiramente, então, dos interesses dos envolvidos.

Com a suposição *a priori* de uma comunidade ideal de comunicação – a qual, em princípio, deve ser realizável, e, em certa medida, já estar realizada, se o próprio ato de argumentar é possível –, a validade intersubjetiva de uma ética normativa da comunidade ideal de comunicação já deve estar suposta e subjacente.

A compreensão de que a comunidade ideal de comunicação deve ser efetivada dentro da comunidade real, ou seja, dentro da sociedade que se concretizou no transcorrer da história, conduz, de imediato, ao postulado ético de que a conservação da comunidade real de comunicação deve ser assegurada. E isso exige uma orientação ético-política fundamental.

Segundo estes parâmetros, e num confronto crítico com diversas concepções filosóficas contemporâneas, Apel desenvolve suas reflexões acerca da necessidade de uma ética básica, ou macroética, na era da ciência e da dominação tecnológica. Assim, o autor procura desenvolver, como se pode deduzir dos estudos aqui apresentados, uma reflexão pragmático-transcendental que supere o paradoxo entre objetividade científica e subjetividade filosófica e que se centre na elaboração de uma ética do discurso como base e pressuposto da comunidade de comunicação.

Que o interesse despertado por esta publicação possa viabilizar a tradução de outras obras de Karl-Otto Apel, bem como permitir uma visão mais ampla e um debate mais aprofundado das diretrizes e das concepções de sua filosofia.

Benno Dischinger
Tradutor